



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2019

PAD Nº 15.842/2019

MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO EM RECURSO

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 51/2019.

RECORRENTE: OSMOSE CURSOS TECNICOS LTDA

I - RELATÓRIO

A manifestação e motivação em recorrer foram registradas tempestivamente pela recorrente na própria sessão pública do Pregão supra e registradas no Sistema Comprasnet, em conformidade com o artigo nº44, do Decreto nº 10.024/2019, sendo-lhe concedido o prazo de três dias úteis para apresentação da fundamentação das suas alegações, e igual prazo concedido aos demais licitantes para a apresentação das contrarrazões, a partir do término do prazo da recorrente, caso entendessem necessário.

A recorrente OSMOSE CURSOS TECNICOS LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, portanto, merecendo ter seu mérito analisado, uma vez que respeitou os prazos estabelecidos nas normas sobre o assunto, alegando que não merecia prosperar o resultado deste certame, cuja decisão do Pregoeiro Oficial Lúcio Roberto de Oliveira classificou e declarou vencedora a empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.

Alega a recorrente que a empresa vencedora praticou jogo de planilha, resultando, com isso, na existência de presunção de inexequibilidade da proposta ofertada pela empresa declarada vencedora do certame, afirmando que o objetivo do recurso é justamente para buscar comprovar a impossibilidade jurídica de aceitação e habilitação da empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA CNPJ: 26.589.136/0001-72, pelos motivos que se seguem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

II – ANÁLISE DO RECURSO

DO RECURSO:

Em sede de recurso, suscitou a irresignante, com referência ao mérito da questão, aqui transcrito *ad litteram*:

“*DOS FATOS:*

À Autoridade competente, Senhor pregoeiro e equipe de apoio ao pregão.

“Cabe observar, inicialmente, a constatação da presunção de inexecuibilidade, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/1993 que remete:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não VENHAM A TER DEMONSTRADA SUA VIABILIDADE ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE QUE OS CUSTOS DOS INSUMOS são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Nessa toada, prossegue a recorrente: “Dessa forma a avaliação da planilha de formação de preços é a única forma de averiguar a exequibilidade e não se limite em uma simples análise da composição de preços é imprescindível que se avalie com critérios objetivos a conformidade e veracidade das informações apresentadas, observe que a legislação faz menção a comprovação de custos de insumos, ou seja, todos os elementos necessários para cumprimento do objeto”.

“Pois bem, a finalidade da planilha de composição de custo é a comprovação de capacidade de arcar com todos os encargos decorrentes da contratação. Logo, não há possibilidade de validar planilhas que se limitem a afirmações genéricas ou insuficientes para com provar a execução total das obrigações contratuais”.

Noutro tanto, complementa a licitante recorrente: “Por força da legislação apenas a abertura da planilha de custos, completa e fidedigna, é meio adequado de se comprovar a exequibilidade de preços que se amoldem a possibilidade de inexecuibilidade, observe que a proposta representa apenas 17,96% do valor estimado por esta Administração. Obviamente o desconto é surpreendente e estranho as práticas comerciais.

Entendemos que a escusa da livre iniciativa poderia inibir o reconhecimento automático da inexecuibilidade da proposta, por isso tomamos a iniciativa de provocar essa Administração a examinar a real capacidade da empresa de cumprir com as obrigações pactuados no termo de referência.”

Em complemento às razões de sua irresignação, asseverou o recorrente:

“Importante, destacar que é dever da Administração agir de forma razoável e voltada para garantir a efetividade dos gastos públicos. Logo, permitir que uma empresa pratique valores inexequíveis é um atentado a gestão proba e expõe o interesse público a frustração por serviços planejados e não executados ou executados de forma inadequada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

“Não bastante, caso a empresa tenha algum conhecimento privilegiado ou específico quanto ao objeto da licitação, que o permita praticar valores tão insignificante em relação ao estimado, figura-se uma afronta a isonomia que por si remetem a obrigação de anular a presente licitação como prevê o §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993”.

“Cabe ainda destacar a impossibilidade de efetivação da contratação ou no mínimo a turbacão do processo de execução do contrato devido a articulação de planilha de preços. Os preços irrisórios que foram apresentados para os itens 1, 2 e 3 não são suficientes para a execução do serviço e a conservação de um valor com maior margem no item 4, por óbvio a possibilidade de efetivação do serviço está atrelada a execução do item 4.”

Dos pedidos

Demonstrado o prejuízo a segurança jurídica com a manutenção da decisão do pregoeiro, requer:

- 1 - Seja requerida a licitante a apresentação de exequibilidade de sua proposta, por meio de planilha de composição de custos, seguindo as determinações do inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/1993 como forma de assegurar o cumprimento do princípio da isonomia e a prova do zelo com a coisa pública, que exige a certeza absoluta da possibilidade da empresa de cumprir com as obrigações contratuais sem resultar em eventual prejuízo ao interesse público.
- 2 - Por óbvio após a análise da planilha de composição de custo restará demonstrado a impossibilidade de o valor ofertado arcar com os custos da contratação. Logo, deverá a proposta ser recusada e declarada a inabilitação da empresa.
- 3 - Declarada a inabilitação da licitante requer a volta de fase e convocação da próxima empresa, nos termos do Decreto 10.024/2019.

III – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, a licitante vencedora justifica sua capacidade de licitar e contratar com a União, alegando que sua proposta atende às exigências do edital e declara que atenderá a todas as condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos, ao tempo que rechaça as razões da recorrente conforme abaixo:

“Ocorre que a empresa é atuante no mercado “a”(sic) anos, e a mesma possui pronto o conteúdo interativo para 4 (quatro) cursos a distância que irão compor a trilha do curso de Direito Eleitoral na modalidade EAD, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência”.

Nessa toada, prossegue a empresa vencedora, com sua objetiva e robusta argumentação para demonstrar que tem plena capacidade de atender a todas as exigências prescritas no edital e para comprovar que sua proposta é plenamente EXEQUÍVEL, pretendendo assim afastar qualquer hipótese de inexecuibilidade de proposta, conforme o que se segue:

“Não se faz necessário a empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA cobrar integralmente para os quatro cursos, sendo que os mesmos fazem parte de um único lote, o trabalho não precisa ser cobrado para todos os lotes, e sim somente para um único que será a base para os outros, o trabalho está sendo cobrado no item 4 - Processo Eleitoral e Crimes Eleitorais e os outros itens está apenas com um valor mínimo, pois não possuirá despesas consideráveis, pois não haverá praticamente custo. Observe na planilha abaixo que a empresa ainda possui um lucro no valor de R\$ 1.542,64, sendo assim o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

valor praticado para a presente licitação não pode ser inexequível.”

Para debelar qualquer dúvida quanto à capacidade de sua empresa em cumprir integralmente a todas as exigências editalícias, em sua perfeita execução, mantendo-se, ainda assim, uma certa margem de lucro, a licitante vencedora asseverou:

“Não se faz necessário a empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA cobrar integralmente para os quatro cursos, sendo que os mesmo fazem parte de um único lote, o trabalho não precisa ser cobrado para todos os lotes, e sim somente para um único que será a base para os outros, o trabalho está sendo cobrado no item 4 - Processo Eleitoral e Crimes Eleitorais e os outros itens está apenas com um valor mínimo, pois não possuirá despesas consideráveis, pois não haverá praticamente custo”

Em atendimento à diligência promovida por este pregoeiro, em conformidade com o documento pad nº005977/2020, a licitante vencedora anexou em suas contrarrrazões, documento pad nº005980, uma planilha de seus custos referente aos serviços a serem executados por sua empresa para o pleno atendimento do quanto exigido em edital, conforme abaixo:

Segue apresentação dos custos:

Apresentação dos custos

Objeto Custo interno Total

Revisor Textual Designer Instrucional Programador Total

Introdução ao Direito Eleitoral R\$2,00 R\$ 2,00 R\$ 3,00 R\$ 7,00

Direitos Políticos e Elegibilidade R\$ 2,00 R\$ 2,00 R\$ 3,00 R\$ 7,00

Aspectos Jurídicos das Campanhas Eleitorais R\$ 2,00 R\$ 2,00 R\$ 3,00 R\$ 7,00

Processo Eleitoral e Crimes Eleitorais R\$560,00 R\$2.800,00

R\$1.640,00 R\$ 5.000,00

R\$ 5.021,00

Impostos sob valor total do objeto R\$ 456,37

Resultado (lucro) R\$ 1.543,64

Total da Licitação R\$ 7.021,00 (grifamos)

Por fim, em conclusão, arremata a empresa licitante recorrida:

“Podemos verificar que para a prestação dos serviços do presente certame os valores praticados pela empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA possui lucro para sua perfeita execução, ocorre que estes serviços praticados no particular possuem valores exorbitantes, e no caso o processo de Licitação serve exatamente para a pratica de um valor correto, para não onere os cofres públicos”.

“Ocorre que o valor praticado pela MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA possui valores praticados com promove a prestação de serviço, com qualidade, excelência e lucro, o procedimento licitatório “há”(sic) de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa, ou seja preço versus qualificação técnica, tais como Atestados que comprovaram que a empresa tem capacidade (sic) executar o presente contrato”.



II – DOS FUNDAMENTOS E DO DIREITO

No dia 07 de janeiro de 2020, após manifestação favorável da Unidade Demandante quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante vencedora, verificação da regularidade da licitante ofertante da melhor proposta perante o SICAF, consultas ao site da CEF, para atualização da certidão do FGTS, e ao site do Portal da Transparência e do CNJ, bem como a conformidade das declarações encaminhadas, fora habilitada e declarada VENCEDORA do certame por este pregoeiro a empresa: MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.

Declarada a empresa vencedora, apresentou em momento oportuno intenção recursal a empresa OSMOSE CURSOS TECNICOS LTDA, e, posteriormente, suas razões recursais, para em seguida, também tempestivamente, apresentar as Contrarrazões a empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.

III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando as fartas e convincentes contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, em especial a apresentação de planilha de formação de custos, bem como com fulcro na doutrina e manifestações do TCU sobre o tema, depreende-se que as alegações apresentadas pela recorrente OSMOSE CURSOS TECNICOS LTDA NÃO merecem prosperar até porque este Pregoeiro em momento algum se afastou da força vinculativa ao instrumento convocatório. Tomando a decisão de manter a habilitação da licitante MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA, em perfeita harmonia com o edital, evidentemente sem combater o previsto no art. 3º da Lei 8.666/93 e com fulcro nos princípios que norteiam o Pregão Eletrônico, conforme prescritos no artigo 2º do novel Decreto nº10.024, de 20 de setembro de 2019, conforme veremos logo abaixo:

Já em relação ao mérito recursal, suscita a recorrente: a existência de prática de jogo de planilha, que implica presunção de inexequibilidade da proposta ofertada pela empresa declarada vencedora do certame, afirmando que o objetivo do recurso é justamente para buscar comprovar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

a impossibilidade jurídica de aceitação e habilitação da empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA CNPJ: 26.589.136/0001-72, alegando que a empresa em comento fez uso da prática de jogo de planilha.

Por fim, Requer atenção a todos os argumentos do recurso em atenção ao Acórdão nº 2003/2011-Plenário TCU “É imprescindível o exame do conteúdo de recurso administrativo intentado em desfavor de processo licitatório, sendo o responsável que desconsidera os argumentos apresentados sujeito às sanções requeridas.” Devendo a bem da impessoalidade ser devidamente justificada qualquer decisão a respeito do presente recurso, objetivando a finalidade da licitação bem com a supremacia do interesse público.

Nesses pontos, excetuando-se a promoção de diligências a qual fora promovida tempestivamente por este pregoeiro, doc pad nº 005977/2020, entendo não subsistir razão ao irresignante, em face dos fundamentos que passo a delinear:

Quanto ao possível “jogo de planilha” indevidamente alegado pela recorrente, não vemos que a situação guarde qualquer relação com a definição clássica do que seria jogo de planilha, pelo qual não resta razão nenhuma a recorrente:

Passando a conceituação, o “jogo de planilha” é um mecanismo verificado na contratação de algumas obras públicas, onde normalmente funciona assim: na licitação, a empresa informa determinados itens de serviço da obra muito acima do mercado, enquanto outros são oferecidos a preços bastante abaixo; como os preços unitários altos e baixos se compensam, o valor global da obra fica dentro da expectativa do contratante; depois de contratada, **a empreiteira se aproveita de modificações nos serviços, forçadas ou por deficiência do projeto, as quais irão reduzir os itens mais em conta ou aumentar os mais caros, ou mesmo fazer as duas coisas; o resultado é que os itens mais caros prevalecem no contrato, distorcendo a proposta original, com elevação do preço da obra, o que não é o caso apresentado(grifos nossos)**

Calha obtemperar que, em consulta informal à unidade demandante, e com fulcro no quanto contido nas condições do edital e nos itens do Termo de Referência não resta qualquer dúvida que este Tribunal planeja fazer a contratação dos quatro módulos, os quais passam a ser um todo e único, e irão compor a trilha do curso de Direito Eleitoral na modalidade EAD. Tanto é que os quatro cursos foram subdivididos em quatro itens e esses itens foram agrupados num único lote.

Impende ressaltar que o conteúdo programático deste curso fora dividido em quatro módulos sequenciais, nesta ordem:

Item 1 - Curso 1- Introdução ao Direito Eleitoral; item 2 - Curso 2 - Direitos políticos e Elegibilidade; item 3 - Curso 3 - Aspectos jurídicos das campanhas eleitorais, e item 4 - Curso 4- Processo eleitoral e crimes eleitorais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ou seja, a unidade demandante fará a aquisição dos cursos na ordem de sequência, sendo o curso constante no item 1 o primeiro a ser contratado, e o curso relacionado no item 4 será o último curso a ser contratado por este Egrégio Tribunal.

Entendemos que, SMJ, referida explanação per si demonstra o quanto a empresa licitante não tentou praticar jogo de planilha, nem agiu de má-fé, visto que os três primeiros itens a serem fornecidos ao TRE-BA foram ofertados por R\$7,00(sete reais) cada um, enquanto o item mais caro, in casu o item 4, fora ofertado a este Tribunal por R\$:7.000,00(sete mil reais),e será o último item a ser adquirido. Portanto, compreendo que restou descaracterizada qualquer possibilidade de configuração de formação de “Jogo de Planilha” por parte da empresa licitante vencedora.

Quanto à alegação da recorrente de que a empresa vencedora deve ter sua proposta desclassificada pelo motivo de presunção de inexecuibilidade, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/1993, seguem algumas deliberações da lavra do Colendo Tribunal de Contas da União – TCU – acerca da temática em tela:

“(…) 9.3.3 estabeleça, nos instrumentos convocatórios de licitações, critérios objetivos para a desclassificação de licitantes em razão de preços excessivos ou manifestamente inexecuíveis, atendendo ao princípio do julgamento objetivo, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93, sem prejuízo de que, antes de qualquer providência para desclassificação por inexecuibilidade, seja esclarecido junto ao licitante acerca de sua capacidade de cumprimento do objeto no preço ofertado; (Acórdão TCU nº 1.159/2007 – 2ª. Câmara). “Destaco que o entendimento acima coaduna-se com a jurisprudência consolidada desta Corte de **Contas no sentido de que não cabe à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro declarar a inexecuibilidade da proposta da licitante, devendo facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade de suas ofertas** (ex vi dos Acórdãos nº 2.093/2009- ESTADO DO PARÁ MINISTÉRIO PÚBLICO 4 Plenário, 559/2009-1ª Câmara, 1.079/2009-2ª Câmara, 141/2008- Plenário, 1.616/2008-Plenário, 1679/2008-Plenário, 2.705/2008-Plenário e 1.100/2008-Plenário, dentre outros). (grifos nossos)

Cabe destacar, por fim, que o posicionamento ora adotado encontra respaldo na Instrução Normativa nº 2/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, em seu artigo 29, § 2º, estabelece que **“a inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta”**. (Acórdão TCU nº 1.092/2010 – 2ª. Câmara)”(grifamos).

Acredito que o juízo de inexecuibilidade seja uma das faculdades postas à disposição da Administração cujo exercício demanda a máxima cautela e comedimento. Afinal, é preciso um conhecimento muito profundo do objeto contratado, seus custos e métodos de produção para que se possa afirmar, com razoável grau de certeza, que certo produto ou serviço não pode ser fornecido por aquele preço.

A questão se torna mais delicada quando verificamos que o valor com que uma empresa consegue oferecer um bem no mercado depende, muitas vezes, de particularidades inerentes àquele negócio, como por exemplo, a existência de estoques antigos, a disponibilidade imediata do produto, a economia de escala, etc. Nestes casos pode existir um descolamento dos preços praticados por determinado fornecedor em relação aos dos demais concorrentes, sem que isso implique sua inexecuibilidade. (Acórdão 284/2008 – Plenário)”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A verificação de que o preço ofertado para execução dos serviços foi irrisório, depende de dilação probatória e está sujeita ao contraditório. AGI nº 2003.04.01.011454-4 de Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Terceira Turma, 23 de Setembro de 2003 “..o juízo de inexecutabilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso, porque não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de executabilidade estimado pelo contratante. Por exemplo, e perfeitamente possível que uma empresa, em especial de maior porte, partilhe custos - como infraestrutura, pessoal etc., entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços. **Também não se pode descartar que, muitas vezes, a estimação da executabilidade pelo contratante possa apresentar deficiências, visto que sua visão de mercado não tem abrangência e precisão comparáveis as da empresa que atua no ramo.** (grifo nosso)

Em vista dessas ocorrências, restou prejudicado o contratante que poderia ter obtido melhor preço e, conseqüentemente, uma proposta mais vantajosa.”Acórdão nº1248/2009 Plenário (Proposta de Deliberação do Ministro Relator.Referência:Licitações e Contratos. Orientações e Jurisprudência do TCU. 4ª edição, 2010.

...o Tribunal identificou possíveis irregularidades, dentre elas, a desclassificação sumária de empresa privada em processo licitatório no qual apresentara preço inferior em cerca de 25% da empresa que fora contratada. Para o relator, o Ifam agira de modo indevido ao desclassificar a empresa que apresentara o menor preço sem lhe conferir oportunidade de comprovar a viabilidade de sua proposta, isso porque “os critérios elencados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para definir a proposta inexecutável apenas conduzem a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços”.Nesse cenário, para o relator, considerando que a empresa desclassificada houvera apresentado a melhor proposta, caberia ao Ifam diligenciar junto a tal pessoa jurídica, “de modo a comprovar a viabilidade dos valores de sua oferta, de modo que, ao não agir assim, a entidade contratou com preço mais elevado sem justificativa plausível para tanto. (Acórdão nº 1.857/2011 – TCU).

Ainda da lavra do Colendo Tribunal de Contas da União - TCU: vide Acórdão nº1159/2007 - Segunda Câmara.“**Antes da desclassificação por inexecutabilidade de preços deve ser esclarecido junto ao licitante acerca da sua capacidade de cumprimento do objeto no preço ofertado**”.(Grifamos).

Nesse sentido, este pregoeiro, durante a realização deste pregão,procedeu aos devidos esclarecimentos necessários com a empresa licitante vencedora no escopo de confirmação da proposta ofertada, bem como no tocante ao indício de inexecutabilidade de sua proposta, conforme conversas que seguem abaixo, extraídas do CHAT:

Pregoeiro	19/12/2019 15:53:13	Para MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA - Senhor licitante, há indícios de inexecutabilidade na proposta apresentada por sua empresa no Valor de R\$:7021,00. Sendo assim, senhor licitante, o senhor mantém os preços ofertados para o Grupo1, referente aos itens nº 1 a 4, e o pleno atendimento de sua proposta às especificações previstas no edital?
26.589.136/0001-72	19/12/2019 16:03:21	Boa tarde
26.589.136/0001-72	19/12/2019 16:12:16	Se não houver nenhum problema com relação a distribuição dos valores por cada curso, temos sim condições de efetuar o serviço pelo valor arrematado.
Pregoeiro	19/12/2019 16:28:39	Para MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA - Senhor Licitante, a proposta apresentada pela empresa, referente ao GRUPO1(ITENS nº1,2,3 e 4), ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Pregoeiro	19/12/2019 16:33:34	NO EDITAL? Aguardo resposta com maior brevidade possível. Para MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA - Senhor Licitante, a proposta apresentada pela empresa, referente ao Lote(itens nº1-2-3 e 4), ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NO EDITAL? Aguardo resposta com maior brevidade possível.
26.589.136/0001-72	19/12/2019 16:38:46	Sim, atende
Pregoeiro	19/12/2019 16:38:55	Para MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA - Senhor licitante,não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital
26.589.136/0001-72	19/12/2019 16:43:38	Sim, estamos cientes.
Pregoeiro	19/12/2019 16:59:09	Para MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA - Senhor licitante, é possível reduzir o valor de sua proposta?
26.589.136/0001-72	19/12/2019 16:59:45	Não estamos com o nosso valor mínimo
26.589.136/0001-72	19/12/2019 17:00:04	não conseguimos melhorar.
26.589.136/0001-72	19/12/2019 17:00:38	Não, estamos com o nosso valor mínimo já!

Entendemos que o cerne da questão não repousa no valor da proposta ofertado pelo licitante vencedor, por mais ínfimo que o seja – o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou. A nosso ver, a formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa será uma decisão empresarial privada. Decerto, não compete à Administração Pública a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Numa análise mais acurada, chega a ser algo paradoxal a recusa da Administração Pública em receber uma proposta tida como excessivamente vantajosa.

A bem da verdade, observe-se que a eliminação de ofertas de valor reduzido pode configurar, por si só, uma ofensa aos princípios da competição leal. Os agentes econômicos são livres para formular propostas e, ao longo da competição, promover a redução contínua de seus preços.

Segundo a Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 8883/94:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. § 1º. Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ou b) valor orçado pela Administração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

É de se ressaltar que o referido parágrafo 1º refere-se a licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, o que não se aplica, por óbvio, a outros tipos de serviços, como os comuns, de que trata a modalidade deste pregão eletrônico. Com efeito, a norma é restrita a esses serviços, mas como não há nenhuma normativa tratando do assunto para outros objetos, podemos entender que este parâmetro serve para identificarmos os valores que se presumem inexequíveis.

Ainda lucubrando nessa esteira de pensamento, oportuno trazer à baila o quanto contido na Súmula nº 262 do TCU:

“O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, **devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.** (Grifos Nossos).

Na concepção em âmbito doutrinário, a análise da inexequibilidade das propostas com base apenas nas condicionantes e percentuais expressos em lei mostra-se totalmente insuficiente, sendo fato que a doutrina aponta ainda uma série de argumentos que se opõem a desclassificação das propostas no processo licitatório com base tão somente na constatação equivocada da INEXEQUIBLIDADE do preço, calculada simplesmente pela regra matemática do §1º do artigo nº 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Por derradeiro, trazemos à luz o mirífico entendimento do festejado doutrinador Marçal Justin Filho: “Não é cabível que o Estado assuma, ao longo da licitação, uma função similar à de curatela dos licitantes. Se um particular comprometer excessivamente seu patrimônio, deverá arcar com o insucesso correspondente. (JUSTEN Filho, Marçal – Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. 14ª, São Paulo, 2010, p.653).

Posto isso, diante de tudo o quanto exposto e quanto insculpido no bojo das contrarrazões apresentadas pela empresa vencedora do certame, mormente a necessária e recorrente apresentação da planilha de formação dos custos, e com espeque nos princípios basilares da licitação pública, decido por admitir o presente recurso, para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a decisão de habilitação da empresa **MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA, CNPJ:26.589.136/0001-72**, do referido certame e, conforme previsão insculpida na condição nº 12.8 do Edital, faço subir o presente processo à Administração Superior para sua apreciação.

Salvador (BA), 16 de janeiro de 2020.

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro